

TCC/UNICAMP

C914d

3684/IE

globalização



1290003684



UNICAMP

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia

CEDOC/IE

**Dinâmica do emprego, da renda e produtividade do setor financeiro
em um período de globalização econômica**

Aluna: Máira Trindade Cunha

Orientador: Alexandre Gori Maia

CEDOC/IE

Julho, 2007

215718008

Resumo

Estudando o panorama histórico mundial e brasileiro no período que compreende os anos de 1995 até 2006; foram visitadas as crises financeiras dos países emergentes, com destaque para sua gênese. No âmbito nacional, a história de toda a década merece atenção, tanto no que diz respeito aos ciclos de crises, quanto do ponto de vista do desenvolvimento do Setor Financeiro no Brasil.

Apropriando-se da cronologia dos fatos como pano de fundo, a relação entre PIB renda e horas de trabalho no Setor permite a construção de indicadores de produtividade e de apropriação de renda. Esses indicadores são complementados com uma análise das instituições bancárias e da evolução de alguns dados de balanço que explicitam relações de gasto, geração e apropriação de renda pelos indivíduos que trabalham no Setor Financeiro.

Por fim, a análise de indicadores sociais (faixa de renda, grau de escolaridade, cor, sexo, faixa etária, jornada de trabalho, contribuição previdenciária e segmentação entre setor público e privado), evidencia perfis e tendências ao longo da década; tanto do Setor Financeiro quanto da média nacional. Deste modo, é possível entender os movimentos macroeconômicos e os desdobramentos que esses geraram para as condições de trabalho e inserção social do Setor.

Palavras chave: Setor Financeiro, Análise Socioeconômica, Produtividade

Sumário

Resumo e palavras chave.....	2
Apresentação	4
1. Globalização e Crises Econômicas	5
1.1. A Financeirização da Década de 90.....	5
1.2. O desenvolvimento econômico brasileiro na década de 90	6
2. Setor Financeiro no Brasil.....	10
2.1. Metodologia	11
2.1.1. Ocupações do Setor Financeiro	11
2.2. Produto, Produtividade e Renda do Setor Financeiro	16
3. Perfil Socioeconômico do Setor Financeiro	26
4. Conclusão.....	32
Referências Bibliográficas.....	33
Apêndice 1.....	34
Apêndice 2.....	39
Apêndice 3.....	44

Apresentação

Pensar no trabalhadores do Setor Financeiro enquanto um complexo de indivíduos com características peculiares e sensíveis às diferentes conjunturas macroeconômicas é algo que vai além de temas corriqueiros, como potenciais de rentabilidade para os agentes econômicos, opções de bolsas de valores ou o fenômeno estritamente macroeconômico da financeirização mundial.

Quem são as pessoas que trabalham no Setor? Qual é o perfil de idade, raça, sexo e escolaridade? Quais são as discrepâncias e o que tem acontecido com os níveis de renda dos empregados nesse setor em relação aos demais setores da economia?

Tentando responder algumas dessas questões, esta monografia pretende entender e explorar a evolução do Setor Financeiro brasileiro na década recente e identificar o perfil e as perspectivas socioeconômicas de seus integrantes. Para tal, foi estruturada em três capítulos, que serão descritos a seguir:

Capítulo 1: panorama histórico mundial e brasileiro no período que compreende os anos de 1995 até 2006; destacando as principais crises financeiras e demais acontecimentos relevantes para este estudo.

Capítulo 2: junção de breve panorama histórico, específico sobre a evolução do setor dos bancários no Brasil, desde a década de 90 até os dias atuais. Além disso, dados socioeconômicos, explorando questões como a evolução do PIB e da renda do setor no Brasil, a influência do mesmo na economia nacional e as tendências do Setor Financeiro em detrimento do núcleo produtivo da economia. For fim, estudo de caso para análise da produtividade do Setor a partir de dados de balanço patrimonial

Capítulo 3: análise socioeconômica dos ocupados do Setor Financeiro utilizando informações das bases de microdados SIDRA e PNAD, do período de 1995 até 2006. Serão trabalhados dados de classificação por faixas de renda e de horas de trabalho, por perfil populacional a respeito de cor e sexo, contribuição previdenciária e formalização dos empregados nos setores público e privado

Capítulo 4: fechamento do trabalho.

1. Globalização e Crises Econômicas

A dinâmica de atividades do setor financeiro brasileiro foi especialmente afetada pela globalização financeira e comercial e pelas crises de diversos sistemas financeiros espalhados pelo mundo. Além disso, pelas mudanças de política macroeconômica realizadas no Brasil a partir de meados dos anos 80.

Para compreender todo esse processo, no capítulo que segue será apresentado um panorama conjuntural da década de 90, com ênfase na crise asiática e na crise do México. Posteriormente, o panorama histórico internacional e nacional será confrontado com o perfil socioeconômico, a fim de que as tendências e modificações sociais sejam compreendidas a luz dos contextos onde estão inseridas.

1.1. A Financeirização da Década de 90

Na década de 90 potencializaram-se as transformações internacionais no que diz respeito à globalização financeira e comercial, implicando, dentre outros, no aumento da capitalização rentista. Países periféricos passaram a ter acesso ao circuito financeiro internacional, revertendo a situação de restrição a financiamentos que caracterizou a década anterior; um aumento global de fluxo de capitais que passou a transitar no mundo.

De um modo geral a abertura financeira justificava-se por seus potenciais benefícios, tais como: (i) aperfeiçoamento e padronização dos meios de intermediação financeira permitindo canalização de poupança externa para países demandantes de capital; (ii) melhores taxas de captação de recursos, proporcionadas pela concorrência entre residentes e não residentes; (iii) minimização de riscos de investidores externos e domésticos; (iv) autonomia de política e conseqüente redução do risco de políticas econômicas inadequadas.

Por outro lado, a maior liberdade no trânsito de recursos nas regiões periféricas teve conseqüências problemáticas para esses países; acumulação excessiva de reservas e conseqüente apreciação da taxa de câmbio, deterioração dos balanços bancários e o aumento da volatilidade dos mercados locais. Desta forma, houve a tendência de elevação do grau de vulnerabilidade externa dos países, culminando em profundas crises financeiras, que incluem os casos da Turquia

e Venezuela em 1994, do México em 1994/95, da Argentina em 1995, da Ásia (Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Coréia do Sul) em 1997/98, da Rússia em 1998 e do Brasil em 1998/99.

Assim como na Ásia, América Latina e Rússia, a crise cambial brasileira deflagrou-se por conta de diversas vulnerabilidades que se estabeleceram com a prática de políticas macroeconômicas sugeridas pelo Consenso de Washington¹. Em todos os casos, a austeridade fiscal, a manutenção de altas taxas de juros, a liberalização comercial (e dos mercados de capitais) e as privatizações prepararam esses países para uma inserção unilateral no mercado financeiro internacional. O corte de gastos e a eliminação de subsídios para os países provocaram instabilidade social e não necessariamente a melhora da situação fiscal dos governos. Ao contrário do que se pregava, as taxas de juros altas não foram exclusivamente atraentes para os grandes fluxos de capital de *portfólio*. Taxas de juros mais altas agravam a recessão e a instabilidade doméstica, induzindo investidores a se protegerem do risco ao invés de aplicarem recursos nessas economias. A liberalização, de uma maneira geral, ocorreu sem a reciprocidade dos países desenvolvidos. Por fim, as privatizações tinham o potencial de reestruturar os empreendimentos estatais de maneira eficiente, mas não faziam parte de um programa abrangente de desenvolvimento. Com isso, as privatizações ocorreram negligenciando-se questões de emprego, concorrência e regulamentação, induzindo, mais uma vez ao desequilíbrio interno dos países.

1.2. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro na Década de 90

Na década de 90 as mudanças internacionais de fluxo de capitais e de produtos, aliadas às políticas ortodoxas, culminaram com a abertura comercial e financeira brasileira a partir de 1989. Tais políticas não foram capazes de controlar a inflação que chegou a 81% ao mês em março de 1990. Além disso, sofreram críticas principalmente quanto à participação do Estado na Economia e quanto ao grau de abertura irrestrita.

Na esfera produtiva, a abertura comercial afetou de maneira diferente os setores da economia. Por um lado, incentivou o crescimento e ganhos de produtividade através do aumento

¹ Para mais informações acerca desse tema, consultar Stiglitz, J. E. (2002), A globalização e seus malefícios a promessa não-cumprida de benefícios globais. Consultar também Pochmann, M. (2001), A década dos Mitos.

da competitividade da indústria local, por exemplo, que foi impelida a aumentar eficiência e escala para competir com os produtos importados. Por outro, colocou em risco a sustentabilidade do nosso parque industrial e foi responsável pelo aumento do desemprego, como veremos a seguir. No âmbito financeiro, maior previsão sobre a taxa real de câmbio fez com que a confiança dos agentes aumentasse, intensificando o fluxo de entrada de recursos no país.

Com o Plano Real foram adotadas políticas de sobrevalorização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros interna, já elevada no período. O setor bancário, de capital predominantemente nacional, foi aberto para a participação dos bancos estrangeiros, a fim de expandir o fundo que se destinaria ao setor produtivo; além de poder oferecer spreads mais baixos. Esta dinâmica ajudou, por um curto período de tempo, a estabelecer um novo ciclo de crescimento, contando com maior fluxo de IED (investimento direto estrangeiro), redução das taxas de inflação e aumento do consumo da população na segunda metade da década de 90.

Com a manutenção da inflação em patamares reduzidos, também aumentou o poder aquisitivo de pessoas de baixa renda, beneficiadas pela ausência do imposto inflacionário e pela expansão do crédito pessoal. Paralelamente, o setor financeiro perdeu renda com o fim desses fluxos inflacionários, sendo obrigado a expandir o crédito, mesmo com taxas de juros elevadíssimas. A queda da taxa de inflação tirou a ilusão dos rendimentos da poupança, incentivando o saque destes recursos. Desta forma, tanto o aumento do crédito quanto o desestímulo à poupança ampliou o consumo pessoal nos primeiros anos após a implantação do Plano.

Se por um lado as novas diretrizes macroeconômicas lograram sucesso no controle da inflação, o fenômeno do desemprego estrutural² se generalizou e atingiu toda a sociedade. Em 1992 o desemprego no Brasil quase que dobrou em relação a 1990, passando de 5,2% para 9,1% da população economicamente ativa, segundo MAIA, 2007. Em 2005 eram cerca de 11 milhões, 3,5 vezes mais desempregados em relação ao início da década. A população ocupada cresceu 2,1% ao ano, contra 8,6% da população desempregada.

Segundo analistas, para que o Brasil permanecesse no estágio de produção de riqueza e distribuição de renda do período, seria necessário que crescesse no mínimo 4% ao ano, por um

² Desemprego estrutural: característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de sua economia. Explica-se pela insuficiência dos equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego.

longo período. Este percentual significa o dobro da média dos últimos 25 anos. Um aumento do produto na ordem de 1,5% ou 2% é insuficiente para manter os níveis de PIB per capita.

Após a reforma monetária de meados da década de 90, além da redução de barreiras à importação e da onda de privatizações, houve crescimento econômico nos anos que sucederam o Plano Real. Por outro lado, o déficit fiscal permaneceu alto e preocupante. De acordo com Krugman (2005), grande parte do problema era a taxa de juros muito alta que onerava o governo. Essa se situava em patamar elevado em grande parte por conta do ceticismo do mercado em relação à capacidade do real sustentar-se desvalorizado em relação ao dólar.

Em 1998, pós crise russa, a insistente especulação contra o real aumentou a taxa de juros doméstica intensificando ainda mais o déficit fiscal do governo; neste momento o Brasil estava perdendo grande quantidade de reservas.

A fim de evitar a crise e seu potencial de se alastrar para outras economias, o FMI intercedeu com US\$ 40 bi, no intuito de formar um fundo de estabilização para que o Brasil defendesse o real. Desta forma duplicavam-se as reservas cambiais brasileiras, de modo que o capital financeiro pudesse sair livremente sem quebrar o sistema financeiro doméstico. Com isso, a despeito da imensa fuga de capitais, a sinalização de que não havia restrições para o trânsito de capitais acalmava o mercado, enquanto o governo tomava suas providências.

Em janeiro de 1999 o real foi desvalorizado em 8% e passou a flutuar. No momento subsequente perdeu 40% do seu valor em relação ao dólar e a taxa básica de juros se elevou, instaurando-se a crise. Porém, o colapso do setor bancário foi detido a tempo.

No ano seguinte o governo conseguiu criar superávit primário, saindo de déficit nominal equivalente a 7,5% do PIB para superávit primário de 3,5%.

A partir de 2001 a alta dos juros proveniente da crise do período anterior melhorou o resultado das instituições financeiras e inibiu o consumo familiar. Segundo dados do IBGE os brasileiros fecharam o ano de 2000 endividados (necessidade de financiamento doméstico de R\$ 15,88 bi), enquanto o setor financeiro aumentou sua capacidade de financiamento.

Em 2002, remediada a crise energética do ano anterior, instaurou-se nova crise, de cunho político. Havia o receio de que o próximo governo, qualquer que fosse ele, não conseguisse manter o superávit primário.

Uma vez de posse o Governo Lula, a política econômica caracterizou-se pela continuidade daquela praticada na era FHC. O seu perfil combinou políticas macroeconômicas

ortodoxas, tais como regime de metas de inflação, câmbio flutuante e política fiscal contracionista; no intuito de manter a estabilidade e um ambiente institucional receptivo aos fluxos de capital internacional.

Em meados de 2004 o governo Lula enfrentou nova crise política, cujo ápice ocorreu com a denúncia de suposto esquema de compra de votos de deputados no congresso e suposto financiamento de campanhas por "caixa 2"; em julho de 2005. Outras denúncias de escândalos foram divulgadas, como o caso da quebra de sigilo que levou a demissão do ministro Antonio Palocci, dentre outros.

De modo geral, a economia voltou a crescer no embalo da favorável conjuntura macroeconômica internacional. A relevante taxa de crescimento superior a 4% foi mais o reflexo de uma tendência geral que o resultado de mudanças de fato estruturais.

Nota-se que na década de 90 ocorreram diversas crises de fuga de capital financeiro seguidas de intervenção do FMI. A financeirização generalizada e a possibilidade crescente de integração entre os mercados fizeram com que os fluxos de capitais de curto prazo passassem a ter significativa relevância nas contas nacionais. Por um lado tornou possível o desenvolvimento de alguns setores, por outro, instaurou a vulnerabilidade econômica especialmente nos países emergentes; daí a ocorrência de tantas crises. Esse panorama brevemente detalhado no decorrer do Capítulo 1 é o pano de fundo para as transformações socioeconômicas brasileiras que serão expostas nos próximos capítulos.

2. Setor Financeiro no Brasil

Durante a década de 90 o baixo crescimento de ocupados no Setor Financeiro foi determinado basicamente por mudanças estruturais, tal como pela a automação dos processos e a informatização dos serviços, pela severa crise econômica local, pela a entrada de bancos estrangeiros no Brasil e pelo impacto das crises internacionais no final da década.

A abertura comercial acompanhou a entrada maciça de capital estrangeiro tanto na forma de IED quanto na forma de investimento de portfólio. Não obstante, a estabilização inflacionária pós Plano Real (1995) estabeleceu um ciclo de curto período de crescimento que contou com aumento do fluxo de IED e do consumo da população. O setor financeiro, por sua vez, perdeu a arrecadação que obtinha com a receita inflacionária, sendo obrigado a modernizar sua estrutura operacional e seus produtos, com intuito de garantir rentabilidade.

O Plano Real trouxe consigo o fim da inflação galopante e crônica, modificando, por consequência, as perspectivas de rentabilidade e as estratégias de concorrência das instituições financeiras, fazendo com que essas perdessem relevante receita inflacionária (*floating*). Por outro lado, a inflação controlada tornou possível o desenvolvimento de produtos financeiros mais elaborados, além da demanda por crédito ter aumentado.

A partir de 1995 os bancos diversificaram produtos e serviços ofertados e, ao mesmo tempo, construíram um eficiente sistema de cobrança de tarifas bancárias, passando a gerar receita com serviços até então gratuitos³. Desde então, a arrecadação proveniente da prestação de serviços do setor bancário experimentou crescimento nominal de 848,3% entre 1994 e 2007 (de R\$ 6 para R\$ 50,9 bilhões) entre 1994 e 2007; aumento de 249,4% em relação ao INPC-IBGE, segundo o Dieese⁴. No item 2.2 do presente trabalho serão analisados indicadores contábeis que corroboram esses números.

Na década de 90 o processo de privatização dos bancos estaduais foi intenso; 18 dos 32 bancos estatais ativos no ano de 1994 foram privatizados até 2002. Bradesco passou a controlar cinco bancos: Credireal de Minas Gerais (em 1997), Banco do Estado da Bahia (Baneb), em 1999, Banco do Estado da Amazônia (Bea), em 2002, o Banco do Estado do Maranhão (Bem),

³ Exemplo: extratos bancários, emissão de cheque de baixo valor, renovação de cadastro de cheque especial, remessa domiciliar de talão de cheques e manutenção de cartão magnético.

⁴ Dieese, Nota Técnica no. 63, de abril de 2008, disponível em <<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec63pacoteTarifasBancarias.pdf>>>; último acesso em 25/06/2008.

em 2004, e o Banco do Estado do Ceará (BEC), em 2005. O Itaú incorporou quatro instituições: o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), em 1997, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), em 1998, o Banco do Estado do Paraná (Banestado), em 2000, e, no ano seguinte, o Banco do Estado de Goiás (Beg), instituição federalizada em 1999. Para o controle de instituições estrangeiras, passaram o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), incorporado pelo ABN Amro em 1998, e o Banespa, que se encontrava sob controle do governo federal e foi adquirido em 2000 pelo Santander (que em 1997 já havia incorporado o Banco Meridional, banco federal que fora adquirido anteriormente pelo Banco Bozano-Simonsen).

A partir de 2003, a fim de que as camadas de renda mais baixas tivessem acesso à rede bancária, 2% dos depósitos compulsórios passaram a destinar-se ao microcrédito. Além disso, foram criadas as contas simplificadas, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

2.1. Metodologia

A fim de mostrar a relevância e a evolução do setor financeiro na economia brasileira, serão explorados dados de PIB, renda e produtividade do trabalho, assim como alguns indicadores sociais⁵. Ao término desse capítulo pretende-se mapear o setor no Brasil e entender suas transformações e potencialidades, com base na exposição de conjuntura realizada no capítulo anterior.

As duas principais fontes de dados utilizadas para a análise foram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a base de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), ambas com números do período que compreende os anos de 1995 a 2006. A PNAD, deflacionada, forneceu informações desagregadas de distribuição por faixas de renda, escolaridade, jornada de trabalho, idade, sexo, cor, contribuição previdenciária e trabalho em setor público ou privado; sobre todos os indivíduos empregados na semana⁶. Da SIDRA, por sua vez, utilizou-se dados do PIB nacional trimestral, agregado manualmente, deflacionado utilizando-se o deflator implícito do PIB, como será explicado a seguir.

⁵ Indicadores sociais serão trabalhados no Capítulo 3 e respeitam o mesmo método de trabalho dos demais dados.

⁶ A única exceção são os dados sobre setor público e setor privado, cujo universo de análise refere-se aos ocupados empregados em atividade não agrícola.

Para os dados de PIB considerou-se a ótica do valor agregado, ou seja, mensuração do PIB a partir do valor adicionado em cada estágio de produção; levantamento sistemático da riqueza gerada pelo esforço coletivo de empregados, empresários e investidores na economia. Em outras palavras, a soma da contribuição dos fatores de produção (terra, trabalho, capital); sendo este total de valor adicionado dos residentes equivalente ao PIB. As vantagens de mensurar o PIB dessa maneira são as seguintes: (i) o conceito teórico é simples, de modo que o entendimento torna-se acessível para todo tipo de leitor, além de contribuir para maior clareza sobre os dados que estão sendo analisados; (ii) a mensuração leva em conta a contribuição e a performance dos agentes nas etapas do processo de criação de riqueza, explicitando o objeto de análise do presente trabalho; (iii) há disponibilidade de dados e (iv) é um parâmetro comumente utilizado em outros países para comparar o setor financeiro com os demais setores da economia.

Conforme já citado, os dados extraídos da base de dados SIDRA foram deflacionados utilizando-se o deflator implícito do PIB - IBGE, trazendo-se os números a valores presentes do ano de 2006. Os dados originais informavam o valor do PIB agregado à inflação do período; ou seja, não era possível identificar o montante da variação que diz respeito à inflação e o montante que dizia respeito ao comportamento do PIB real em si. Desta forma a utilização do deflator do PIB tornou possível trazer os dados a valor presente através do seguinte cálculo: $(PIB_{AnoX} * Deflator_{2006}) / Deflator_{AnoX}$.

Os dados de renda apresentados durante o estudo estão deflacionados para outubro de 2007, utilizando-se o INPC estimado especialmente para PNAD. Por se tratar de uma análise do padrão social da população, os rendimentos individuais apresentados se referem aos provenientes de trabalho principal e de trabalho secundário, onde o trabalho principal corresponde à parcela mais significativa desses rendimentos.

Devemos salientar ainda que os ocupados considerados muito ricos dificilmente são incluídos nessa classificação. Isso porque a PNAD, feita por entrevistas domiciliares, geralmente não tem acesso às residências de alto padrão. Além disso, na maioria das vezes, altos rendimentos não são declarados pelos indivíduos. Embora esta consideração não invalide os dados, deve-se ter cautela na análise, porque essas pessoas se apropriam de parcela significativa da renda do setor.

Utilizou-se o parâmetro “hora de trabalho” para as medidas de rentabilidade e produtividade a fim de que fosse possível agregar tanto indivíduos cuja atividade principal está

no setor financeiro, quanto indivíduos cuja atividade secundária está no setor. Ou seja, agregaram-se as horas de trabalho do setor financeiro; tanto aquelas oriundas da ocupação principal quanto as da ocupação secundária.

2.1.1. Ocupações do Setor Financeiro

Entende-se por Setor Financeiro o conjunto de instâncias que integram o Sistema Financeiro Nacional, segundo definição do Banco Central do Brasil⁷. Os profissionais alocados nessas instituições compõem o universo daqueles que serão estudados no presente trabalho.

De acordo com a classificação recente do IBGE, o Setor Financeiro se divide em (i) Intermediação Financeira, (ii) Seguros e Previdência Privada e (iii) Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira⁸. Uma vez estabelecida essa segmentação, o Quadro 2, re-agrega os indivíduos classificando-os por ocupação e informando as rendas médias. Desta forma, para entender com mais detalhes o setor que será analisado, foram desagregadas 83% das ocupações identificadas pela PNAD no Setor Financeiro brasileiro, no ano de 2003.

Quadro 1 - Sistema Financeiro Brasileiro

Órgãos Normativos	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Monetário Nacional (CMN) - Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) - Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) 	
Entidades Supervisoras	<ul style="list-style-type: none"> - Banco Central do Brasil (Bacen) - Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - Secretaria de Previdência Complementar (SPC) 	
Operadores	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições financeiras captadoras de depósito à vista 	<ul style="list-style-type: none"> - Bancos Múltiplos - Bancos Comerciais - Caixa Econômica Federal - Cooperativa de Crédito
	- Bolsas de Mercadorias e Futuros	
	- Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)	
	- Sociedades Seguradoras	
	- Bancos de Câmbio	
	- Sociedades de Capitalização	
	- Entidades Abertas de Previdência Complementar	

⁷ O Apêndice 1 explica as atribuições de cada uma das instâncias apresentadas no Quadro 1.

⁸ O Apêndice 2 detalha as instituições que compõem (i) Intermediação Financeira, (ii) Seguros e Previdência Privada e (iii) Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira.

	- Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão)	
	- Demais Instituições Financeiras	- Agências de Fomento - Associações de Poupança e Empréstimo - Bancos de Câmbio - Bancos de Desenvolvimento - Bancos de Investimento - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	- Outros Intermediários Financeiros	- Companhias Hipotecárias - Cooperativas Centrais de Crédito - Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento - Sociedades de Crédito Imobiliário - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - Administradoras de Consórcio - Sociedades de Arrendamento Mercantil - Sociedades Corretoras de Câmbio - Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários - Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários

Serão descritas as ocupações mais relevantes do Setor Financeiro; quer seja por representatividade, quer seja por possuírem remuneração relevante dentro do setor. Simultaneamente, serão discutidos os dados do Quadro 2.

Gerentes de aplicação e atendimento bancário (1310) são indivíduos especializados, que trabalham na área comercial das instituições classificadas como operadoras, nos segmentos de investimentos e de crédito para pessoas jurídicas. Escriturários, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (4110) também trabalham na área comercial, concentrando-se em agências bancárias das instituições financeiras captadoras de depósito à vista. São basicamente as pessoas a quem recorremos nos bancos nos quais possuímos contas de pessoa física. O escriturário de finanças (4132), por sua vez, trabalha em todas as instituições operadoras. Corretores de seguros (3545) atuam em sociedades seguradoras e demais instituições relacionadas a serviços de previdência, diretamente com o público. A atribuição dos caixas de banco e dos operadores de câmbio (4212) é intuitiva; os primeiros atuam em todas as instituições captadoras de depósitos à vista que possuem atendimento ao público. Os segundos, por sua vez, atuam em todas as instituições operadoras, fornecendo suporte em qualquer tipo de operação que envolva moedas estrangeiras. Esta função está diretamente ligada às exportações e importações realizadas no país, dado que, legalmente, a entrada e a saída de dólares do Brasil são reguladas pelo Banco Central do Brasil e intermediadas pelos Operadores.

Gerentes de área (1320) trabalham no que se denomina BackOffice; em outras palavras, esses indivíduos geralmente dão suporte para as áreas comerciais. Essas seis ocupações descritas somam 53,7% do total de ocupados do Setor Financeiro.

Quadro 2 – Ocupações do Setor Financeiro no Brasil, 2003

Ocupação e código de classificação PNAD	% de Pessoas	Número de Pessoas	Renda Média Mensal - R\$
(1310) Gerente de aplicação e atendimento bancário	11,9%	120.184	3.483,97
(4110) Escriturário, agente, assistente, e auxiliar administrativo	9,6%	97.655	914,10
(4132) Escriturário de finanças	8,2%	83.265	1.426,78
(3545) Corretor de seguros	8,2%	83.183	1.573,27
(4212) Caixa de banco e operador câmbio	8,1%	81.913	1.426,98
(1320) Gerente de áreas - apoio	7,5%	76.334	2.659,62
(3532) Técnico de operações e serviços bancários	3,0%	30.556	1.594,79
(4221) Recepcionista	2,8%	28.668	850,49
(4223) Operador de telemarketing	2,6%	26.193	634,70
(5211) Vendedor em loja	2,3%	23.248	848,44
(4102) Supervisor de serviço contábil e financeiro	1,9%	19.679	1.926,78
(3541) Representante comercial e técnico de vendas	1,9%	19.331	1.380,75
(2124) Analista de sistemas	1,8%	17.786	3.627,88
(4131) Escriturário de contabilidade	1,7%	17.269	1.276,50
(4122) Operador de máquinas de escritório	1,5%	15.217	700,52
(4123) Contínuo	1,4%	14.485	360,16
(5142) Trabalhador manual e de serviços de conservação de edifício	1,4%	14.406	464,38
(4121) Secretária	1,3%	13.045	990,23
(2522) Contador e auditor	1,3%	12.882	2.005,71
(2512) Profissional de pesquisa e análise econômica	1,2%	12.269	3.545,97
(3531) Agente de bolsa, câmbio e serviços financeiros	0,6%	6.645	1.993,77
(5134) Copeiro	0,6%	6.097	597,72
(5132) Cozinheiro	0,6%	5.865	459,37
(3513) Técnico de administração	0,2%	2.385	531,35
(3547) Corretor de títulos e valores	0,2%	2.190	2.675,73
(3546) Corretor de imóveis	0,2%	2.138	1.804,84
(4141) Almoxarife e armazenista	0,2%	2.075	335,98
(3522) Agente de saúde e meio ambiente	0,2%	1.846	344,33
(4222) Telefonista	0,2%	1.747	322,20

Analistas de sistemas (2124) e profissionais de pesquisa e de análise econômica (2512) possuem as duas maiores remunerações médias mensais (R\$ 3.628 e R\$ 3.546 respectivamente) e representam 3,6% dos empregados do setor. Os primeiros trabalham com suporte e desenvolvimento de todos os sistemas operacionais das instituições; órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores. Os profissionais de pesquisa também estão presentes nas

três instâncias do sistema financeiro e são basicamente os técnicos economistas responsáveis pelas análises conjunturais e estratégicas do Setor Financeiro.

Técnicos de operações e serviços bancários (3532) trabalham subordinados aos gerentes de áreas (1320) e também dão suporte para as áreas comerciais.

Operadores de máquinas de escritório (4122), contínuos (4123), trabalhadores manuais (5142), copeiros (5134), cozinheiros (5132), técnicos administrativos (3513), almoxarifes (4141), agentes de saúde (3522) e telefonistas (4222) atuam no suporte administrativo das instituições, ligados indiretamente ao Setor Financeiro propriamente dito. São profissionais pouco especializados, cujas remunerações médias são as mais baixas do setor; com base nos dados do ano de 2003.

O corretor de títulos e valores (3547) é um profissional que trabalha nas atividades auxiliares da intermediação financeira, atuando em todas as instituições operadoras que possuem e negociam títulos do governo e ações de empresas. É uma atividade bastante especializada e remunerada e reconhecida como nobre entre os indivíduos que trabalham no Setor Financeiro.

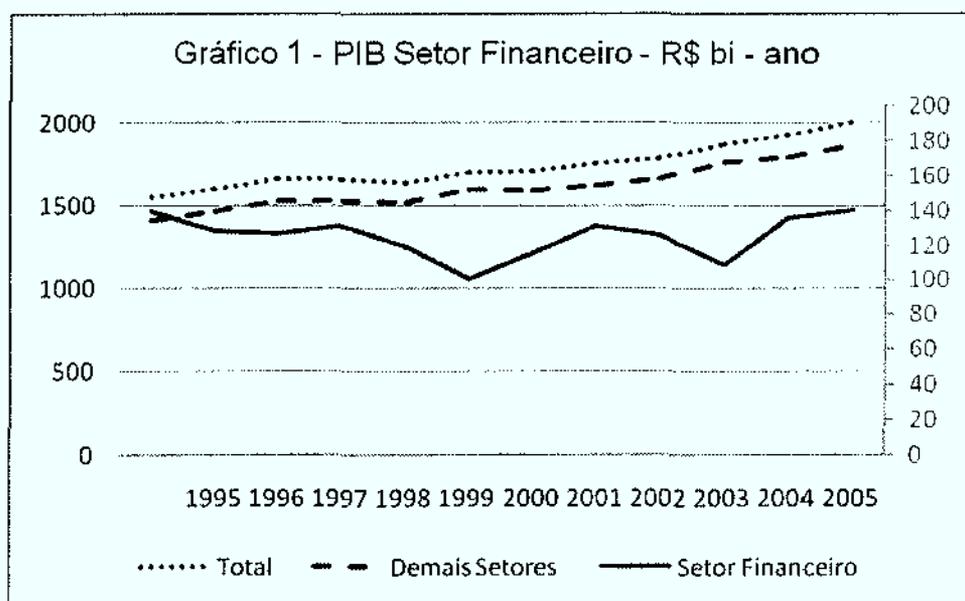
2.2. Produto, Produtividade e Renda do Setor Financeiro

A análise das séries históricas de PIB, número de empregados, renda e horas de trabalho são chaves para que se entenda, de maneira ampla, como o setor financeiro brasileiro tem se comportado no decorrer dos anos. Do ponto de vista histórico, o período verificado compreende da implementação do Plano Real, 1995, até os movimentos mais recentes de abertura econômica e re-intensificação dos fluxos de capital mundiais.

Quadro 3 – PIB

Ano	Total - R\$ bi - ano	Sector Financeiro - R\$ bi - ano	Demais Setores - R\$ bi - ano
1995	1.549,07	139,90	1.409,17
1996	1.595,32	128,58	1.466,74
1997	1.657,13	127,31	1.529,82
1998	1.657,47	131,60	1.525,87
1999	1.637,05	119,69	1.517,35
2000	1.697,69	101,21	1.596,48
2001	1.705,84	116,15	1.589,68
2002	1.756,13	131,12	1.625,02
2003	1.783,70	126,41	1.657,29
2004	1.870,64	108,79	1.761,85
2005	1.929,14	136,06	1.793,07
2006	2.001,48	140,64	1.860,83

O momento econômico que seguiu após a estabilização inflacionária do Plano Real caracterizou-se por crescimento moderado do PIB em todos os setores da economia, como mostra a segunda coluna do Quadro 3. Do ano de 1995 até 2006, já descontada a variação de inflação, o PIB brasileiro cresceu 29%, como é possível visualizar no Gráfico 1, cuja linha pontilhada mostra a evolução do PIB do Brasil no período.



Ao analisar o PIB do Setor Financeiro separadamente, nota-se relevante declínio nos anos de 2000 e 2003. De 1995 a 2000 a variação negativa foi de 27%, reflexo, em linhas gerais, da

fuga de capitais do Brasil desencadeada pela crise russa de 1998. A recuperação dois anos depois (crescimento do PIB do Setor Financeiro de 30% entre 2000 e 2002), ocorreu no contexto de intervenção internacional e entrada artificial de recursos no país.

Nos dois anos subsequentes o PIB do Setor declinou novamente. Dos R\$ 131 bilhões em 2000 foi para aproximadamente R\$ 109 bilhões em 2004, caracterizando queda de 17%. O contexto histórico explica que o momento político era delicado, dada a iminência da ascensão do Partido dos Trabalhadores no poder e a dúvida generalizada entre os agentes a cerca da capacidade do novo governo em manter os fundamentos macroeconômicos da estabilização. Dos anos subsequentes até a atualidade o PIB cresceu, tanto no Setor Financeiro como nos demais setores.

O Gráfico 1 evidencia que o PIB dos demais setores⁹ cresceu continuamente ao passo de que o PIB do Setor Financeiro mostrou-se bastante instável no decorrer da década. Muito dessa variação pode ser explicado pelas crises financeiras já abordadas. Além disso, é importante considerar o fato de que o setor financeiro brasileiro evoluiu ao longo desses anos no sentido de se adequar e se integrar ao sistema financeiro internacional. Em outras palavras, muito da instabilidade se explica pelo processo de adaptação e amadurecimento recente do Sistema Financeiro brasileiro.

Quadro 4 – PIB Relativo

Ano	Setor Financeiro/Total
1995	9,03%
1996	8,06%
1997	7,68%
1998	7,94%
1999	7,31%
2000	5,96%
2001	6,81%
2002	7,47%
2003	7,09%
2004	5,82%
2005	7,05%
2006	7,03%

⁹ O Apêndice 3 detalha as ocupações agregadas na classificação “demais setores”. Por se tratar de um agrupamento extremamente heterogêneo, deve-se esse grupo como representante da média nacional, exclusive o Setor Financeiro.

O Quadro 4 mostra que no decorrer de todo o período analisado houve queda do PIB do Setor Financeiro em relação aos demais setores. Em 1995 o PIB do Setor era responsável por 9% do PIB total da economia, enquanto em 2006 esse percentual caiu para 7%. Nos períodos que sucederam as crises a tendência de queda foi ainda maior, com pequenas retomadas nos anos subsequentes.

O Gráfico 1 foi estruturado com o intuito de destacar o descolamento entre a evolução do PIB do Setor Financeiro e a evolução do PIB dos demais setores. Analisando a década como um todo, é possível identificar uma trajetória de declínio seguida pela tendência de crescimento do PIB do Setor Financeiro, acompanhando então os demais setores da economia. Confrontando essas informações com a evolução da participação relativa do PIB apresentada no Quadro 3, percebe-se que o PIB do Setor Financeiro permaneceu estável e, no decorrer do mesmo período, perdeu participação relativa. Ou seja, a economia como um todo cresceu mais que o Setor Financeiro brasileiro.

Quadro 5 – PIB e Força de Trabalho nos Países – 2003¹⁰

Indicador	Brasil	Alemanha	Estados Unidos	Inglaterra	Suíça
PIB Setor Financeiro/PIB Total	7,1%	3,8%	5,1%	6,7%	12,5%
Empregados Setor Financeiro/Empregados Total	1,3%	1,8%	2,3%	1,6%	3,3%

Para se ter um parâmetro de como o PIB do Setor Financeiro participa da economia em outros países, o Quadro 5 traz a comparação entre Brasil, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Suíça. Além disso, a participação relativa dos empregados do setor financeiro em relação aos empregados dos demais setores da economia, tema esse que será abordado a seguir.

Embora a participação relativa do Setor Financeiro no PIB brasileiro tenha diminuído no decorrer da década, ainda é alta se comparada com Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. É notável constatar que os três países mais ricos do mundo possuem participação relativa do Setor Financeiro no PIB inferior à do Brasil. Levando em conta o contexto histórico, a sugestão é a de que tal fato possa ser explicado parcialmente pelo fluxo de capital especulativo dos agentes

¹⁰ Os dados do Brasil foram obtidos através da PNAD. Os dados dos demais países foram obtidos na OCDE, disponíveis em: <<www.isb.uzh.ch/publikationen/pdf/workingpapernr44.pdf>>; último acesso em 01/06/2008.

econômicos, que passaram a optar por investir em mercados emergentes, a fim de obterem melhores rentabilidades.

Tratando agora da proporção da força de trabalho empregada no Setor Financeiro, o Quadro 5 mostra que, entre os países analisados, o Brasil é o que menos emprega pessoas no Setor. A Suíça, que possui o maior PIB relativo, também é o país que mais emprega em percentual absoluto. Em números relativos, a melhor relação é a da Alemanha, onde cada unidade de emprego no Setor Financeiro gera duas unidades de PIB. No Brasil a relação correspondente é de uma unidade de emprego para 5,5 de PIB, o que mostra que o setor financeiro brasileiro tem alta participação relativa no produto e baixa geração de emprego.

Agregando as análises de PIB e de número de empregados no Setor serão trabalhados a partir de agora os indicadores de produtividade do Setor Financeiro.

Quadro 6 – PIB/hora de trabalho¹¹

Ano	Setor Financeiro – R\$	Demais Setores – R\$	Setor Financeiro/Demais setores - %
1995	77,72	9,86	7,89
1996	72,75	10,25	7,09
1997	71,35	10,50	6,79
1998	76,84	10,30	7,46
1999	69,17	10,07	6,87
2001	60,83	9,97	6,10
2002	67,04	9,92	6,76
2003	60,92	10,03	6,07
2004	54,96	10,36	5,30
2005	66,99	10,32	6,49
2006	66,09	10,50	6,29

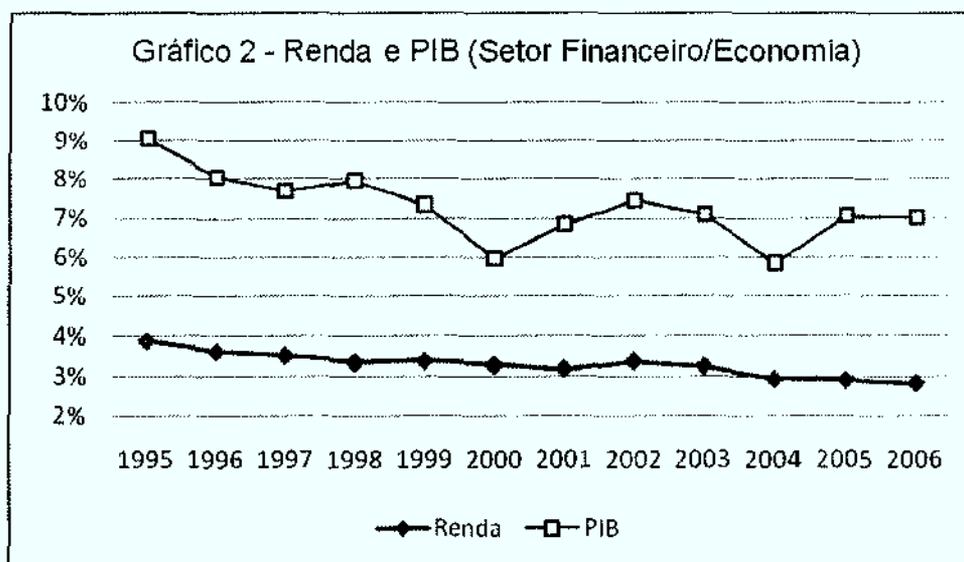
O Quadro 6 mostra que mesmo com perda de participação relativa no produto nacional nos últimos dez anos, a hora de trabalho do setor financeiro agrega seis vezes mais valor que a hora de trabalho dos demais setores da economia; sugerindo assim a elevada produtividade do trabalho no setor. Também apresenta o dado de que o ocupado do setor financeiro é, em média, significativamente melhor remunerado que o ocupado dos demais setores da economia; mesmo tendo a massa de rendimentos desse setor caído mais que proporcionalmente em relação aos demais e seus ocupados acumulado perdas expressivas de renda real no período.

¹¹ Dados para o ano de 2000 não estão disponíveis porque nesse ano houve o Censo Demográfico, não a PNAD.

Quadro 7 – Remuneração Média

Ano	Setor Financeiro - R\$/h	Demais Setores - R\$/h
1995	14,81	4,61
1996	14,43	4,74
1997	14,20	4,76
1998	14,21	4,74
1999	13,57	4,55
2001	12,17	4,53
2002	12,78	4,38
2003	10,88	4,08
2004	10,71	4,13
2005	11,12	4,36

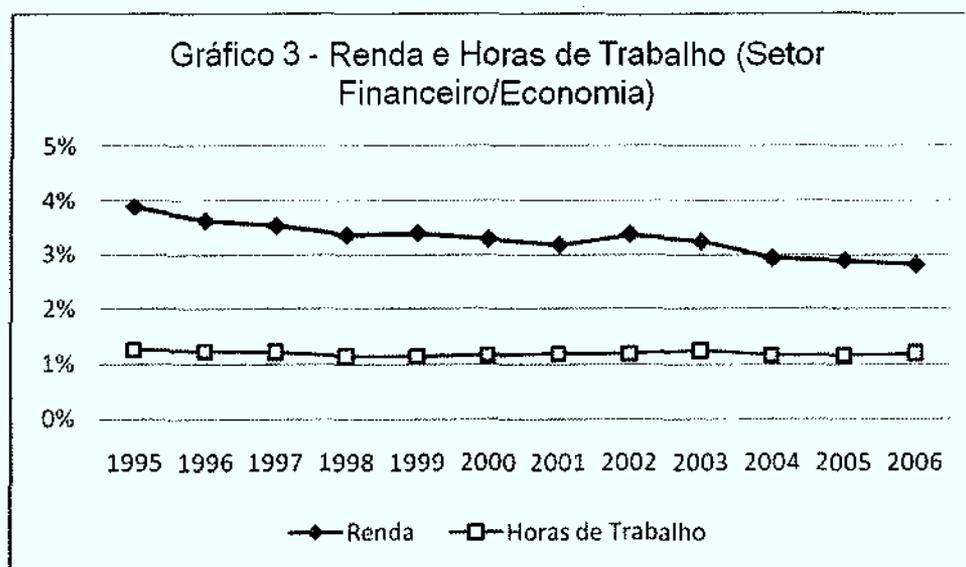
O Quadro 7 mostra que a hora de trabalho do Setor Financeiro é mais bem remunerada que a hora dos demais setores da economia (aproximadamente R\$ 11,1/hora contra R\$ 4,3/hora). Entretanto, ao se comparar a remuneração com o PIB do Setor percebe-se que a riqueza gerada no Setor Financeiro é repassada em menor proporção em relação aos demais setores da economia.



No Gráfico 2, os dados mais recentes mostram que o Setor Financeiro gera 7% do PIB total da Economia, ao passo que representa menos de 3% da massa de rendimentos. A polêmica é relevante, pois, se por um lado esse resultado é influenciado pelo fato de que existem menos

trabalhadores no setor financeiro, por outro essa menor quantidade de pessoas apropria a renda que gera menos que proporcionalmente aos demais setores da economia.

A análise da série histórica, no mesmo gráfico, evidencia a tendência de redução tanto do PIB gerado pelo Setor Financeiro, quanto da renda. Entretanto, as variáveis comportam-se de maneira distinta. Após uma década marcada por oscilações, a parcela do PIB apropriada pelo Setor Financeiro está caindo marginalmente, ao passo que a renda apropriada pelos empregados do setor está diminuindo de maneira mais acelerada. Se tomarmos a década toda como parâmetro, no ano de 1995 o Setor Financeiro era responsável pela geração de 9% do PIB nacional e 4% da renda. Atualmente participa com 7% e 3% respectivamente, ou seja, está perdendo lugar para a participação de outros setores; tanto no PIB, quanto na renda. Com isso, pode-se sugerir que o Setor concentra renda, na medida que, proporcionalmente, gera mais do que remunera. A proposição se sustenta com os dados dos Quadros 7 e 3, acima, que mostraram as mesmas tendências de queda.



Os dados mais recentes do Gráfico 3 mostram que a parcela das horas totais de trabalho da economia atribuídas ao Setor Financeiro é 1,8 pontos percentuais inferior à participação da renda. Portanto, ao mesmo tempo em que remunera mal seus funcionários em função do PIB que gera (Gráfico 2), remunera melhor em função das horas de trabalho que consome da economia.

Deve-se considerar que a atividade financeira se modificou muito no decorrer da década, contando com aprimoramento de mecanismos de geração de renda, que vão além do âmbito do aumento de produtividade por hora de trabalho. Em outras palavras, os dados trabalhados até o momento evidenciaram que o aumento de riqueza não aconteceu necessariamente por conta do aumento de produtividade.

Como já foi mencionada, a perda da receita inflacionária, em meados da década de 90, fez com que os bancos equilibrassem seus custos com as tarifas de serviços, que passaram a ser mais controlados a partir de então. Desta forma, houve relevante modificação na maneira de geração de receita dos bancos. Além do floating proveniente de juros e de inflação, passou a haver a arrecadação sistemática de tarifas bancárias e a informatização de serviços (com conseqüente redução de postos de trabalho e de mão de obra, resultando em aumento de produtividade). Entende-se por isso que atualmente o Setor Financeiro gera receita por mecanismos diversos aos de uma década atrás. A receita essencialmente inflacionária e proveniente do rendimento de aplicações financeiras cedeu lugar para outras fontes de geração de valor, como a intermediação financeira (operações de crédito), as operações chamadas de tesouraria (administração de títulos, valores mobiliários e derivativos) e a cobrança de taxas por bancários.

Desta forma, a análise da produtividade do setor financeiro por meio das horas de trabalho é um método frágil, porque a modernização do Setor e os ganhos essencialmente financeiros, explicitados acima, contribuíram para o aumento de produtividade de maneira muito mais significativa que o aumento das horas de trabalho dos indivíduos do setor.

Para verificar essa constatação, analisaram-se dados retirados dos balanços e demonstrativos de resultados do Banco Itaú¹² para os anos de 1995, 2003 e 2006, assim como foram construídos alguns indicadores.

¹² O critério utilizado para a seleção do Banco Itaú como instituição para estudo de caso foi a disponibilidade de dados no site oficial da empresa <<http://www.itaubank.com.br>>; último acesso em 10/07/2008. Demais bancos pesquisados (Brasil, Bradesco, Unibanco, HSBC, Safra, Votorantim e BBM) não disponibilizam informações de balanço e de demonstrativo de resultados para o ano de 1995.

Quadro 8 – Indicadores de Balanço Bancário – R\$ milhões

Ano	Patrimônio Líquido	Receita Intermediação Financeira	Receita Prestação de Serviços	Resultado Operacional ¹³	LAIR ¹⁴	Lucro Líquido	Despesas de Pessoal
1995	3.600,40	6.258,12	856,45	459,57	563,28	343,36	1.076,52
2003	11.879,21	14.495,76	5.121,17	5.819,28	5.608,12	3.151,82	3.174,20
2006	23.564,47	29.740,49	9.096,57	6.076,93	6.460,40	4.308,93	4.823,49

Considerando que o Patrimônio Líquido (PL) é a representação quantitativa do patrimônio de uma empresa, explicitando os valores que os sócios ou acionistas possuem num determinado momento, o Quadro 8 mostra que o PL do banco utilizado como modelo (a partir de agora denominado BANCO) aumentou 6,5 vezes na última década. É intuitivo entendermos esse dado como indicativo relevante de aumento de riqueza da instituição; que é corroborado ao confrontarmos o mesmo PL com a evolução de despesas de pessoal. A quarta coluna do Quadro 9, abaixo, mostra que os gastos com salários e benefícios do BANCO diminuíram em relação ao PL. Com essas informações pode-se entender que o patrimônio cresceu muito e o gasto com salários cresceu mais vagarosamente. Em 1995 as Despesas de Pessoal eram equivalentes a 30% do PL, ao passo que em 2006 esse valor caiu para 20%.

Seguindo na análise do Quadro 8, o crescimento de 1.062% da receita com prestação de serviços não foi acompanhado pelo crescimento da receita de intermediação financeira, na ordem de 475%. Neste sentido, a segunda coluna do Quadro 9 mostra que em 1994 a receita com a prestação de serviços era equivalente a 14% da receita da intermediação financeira. Em 2006 esse valor saltou para 31%, confirmando que os ganhos provenientes da cobrança de tarifas em serviços passou a representar parcela maior do ganho dos bancos, principais instituições geradoras de receita no Setor Financeiro.

O Quadro 8 mostra ainda que o resultado operacional, o lucro antes do imposto de renda e o lucro líquido do BANCO cresceram 1.300%, 1.474% e 1.256% respectivamente, ao passo que as despesas de pessoal cresceram 450% na última década. O primeiro indicador, especialmente, evidencia que o BANCO melhorou a relação entre despesas e receitas, aumentando, portanto, a produtividade da instituição.

¹³ Receitas (Intermediação Financeira e Operacional) – Despesas (Intermediação Financeira e Operacional)

¹⁴ Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

Quadro 9 – Relações entre os Indicadores de Balanço – %

Ano	Rec. Prest. Serv. / Rec. Interm. Financ.	Despesas de Pessoal /		
		PL	Resultado Operacional	Lucro Líquido
1995	14%	30%	234%	314%
2003	35%	27%	55%	101%
2006	31%	20%	79%	112%

Ao se comparar as despesas de pessoal com o patrimônio líquido, com o resultado operacional e com o lucro líquido do BANCO, o Quadro 9 evidencia que as despesas de pessoal diminuíram significativamente no decorrer da década, em função dos indicadores. Tais resultados sintetizam de maneira mais pragmática o movimento de aumento da geração de valor no Setor Financeiro sem contrapartida equivalente na geração de renda par aos indivíduos do Setor.

3. Perfil Socioeconômico do Setor Financeiro

O Setor Financeiro brasileiro possui características socioeconômicas bastante peculiares. Apresenta elevada participação de jovens, mulheres e pessoas com escolaridade superior em relação à média nacional, por exemplo.

Os dados do setor financeiro analisados até o momento proporcionaram uma visão geral de como o setor se comportou no que diz respeito à capacidade de geração de PIB na economia, aos níveis de produtividade e à capacidade de geração e de distribuição de renda, no período de 1995 a 2006. A partir de agora serão analisados indicadores mais específicos, utilizando-se a seguinte dinâmica de comparação: perfil do setor financeiro em comparação com os demais setores para o ano de 2006, evolução do setor financeiro no período e demais comparações pertinentes.

Para estabelecer o padrão de vida dos ocupados, definiram-se faixas de rendimentos familiares com base na ocupação principal. Quadro 10 apresenta as faixas de rendimento médio per capita com base na renda familiar. Desta forma, uma família de 3 pessoas cujos indivíduos ganham R\$ 350, R\$ 3.000 e R\$ 2.500 respectivamente, será alocada como todos os 3 indivíduos pertencessem à faixa de renda de 1.751 a 3.500. Isso acontece porque se entende que os indivíduos da família que ganham menos apropriam o padrão de consumo familiar. Retomando o exemplo, a família possui renda mensal de R\$ 5.850 e renda per capita de R\$ 1.950; esta última classificatória da faixa de renda de toda a família.

Quadro 10 – Distribuição de Empregados por Faixas de Renda Mensal, R\$

Faixas de Renda	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
0 a 350	29.785.939	46,03	61.605	6,64	23.562.728	28,14	29.284	2,74
351 a 700	15.239.949	23,55	106.681	11,50	32.855.138	39,23	240.078	22,44
701 a 1.050	6.010.173	9,29	88.132	9,50	12.271.747	14,65	192.955	18,03
1.051 a 1.750	5.922.476	9,15	205.576	22,16	6.195.795	7,40	189.496	17,71
1.751 a 3.500	4.767.748	7,37	285.750	30,80	5.155.846	6,16	240.842	22,51
3.500 ou +	2.279.830	3,52	164.891	17,77	2.561.985	3,06	142.503	13,32
Total	64.703.290	100,00	927.796	100,00	83.747.770	100,00	1.070.047	100,00

De acordo com o Quadro 10, a distribuição de renda do setor financeiro é relativamente homogênea, se comparada com a distribuição de renda dos demais setores da economia.

Tomando o ano de 2006 como base, no setor financeiro há a predominância de empregados com rendimento superior a R\$ 1.051/mês, 53,54%, enquanto a renda dos demais setores concentra-se nas faixas inferiores; um total de 67,37% de indivíduos empregados com renda mensal de até R\$ 700.

Ao compararmos os perfis de distribuição de renda no decorrer da década, no Setor Financeiro houve achatamento de salários, ou seja, no decorrer da década as faixas de renda mais baixas passaram a ter maior quantidade de empregados. Enquanto no ano de 2005 27,6% dos indivíduos do Setor Financeiro possuíam renda mensal de até R\$ 1.050, em 2006 esse percentual aumentou 15,6 pontos percentuais, passando para 43,2%. Nos demais setores houve clara elevação do nível de renda; o total de 46% de empregados alocados na faixa de renda de R\$ 90 a R\$ 350/mês regrediu para 28% em 2006. A faixa de renda subsequente, por sua vez, passou de 23,5% para 39% do total de pessoas.

Os empregados do Setor Financeiro concentram-se em níveis de renda significativamente mais elevados que os demais setores. Por outro lado, como se constatou, a elevação do nível de renda dos demais setores é bastante relevante. Ao resgatar a série histórica de renda apresentada nos Gráficos 1 e 2, agregando-a à análise, fica claro que a renda relativa gerada pelo setor financeiro está decrescendo, assim como os níveis de salários.

Quadro 11 – Distribuição de Empregados por Grau de Escolaridade¹⁵

Escolaridade	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
1o Grau	38.609.705	70,2%	133.808	14,5%	38.564.465	50,3%	64.727	6,1%
2o Grau	10.708.362	19,5%	403.061	43,7%	26.386.323	34,4%	375.767	35,3%
3o Grau	5.703.739	10,4%	385.938	41,8%	11.746.923	15,3%	624.909	58,7%
Total	55.021.806	100,0%	922.807	100,0%	76.697.711	100,0%	1.065.403	100,0%

A relação positiva entre grau de escolaridade e remuneração mensal dos indivíduos fica sugerida ao analisarmos os dados do Quadro 11. Observa-se que as pessoas com maior grau de escolaridade acabam se alocando de maneira mais concentrada no setor financeiro, que também é o setor de maior remuneração relativa. No ano de 2006 58,5% dos empregados do setor financeiro possuíam 3º grau completo, contra 14% nos demais setores da economia. Desta forma, a relação positiva entre renda e grau de escolaridade.

¹⁵ A distribuição de empregados por grau de escolaridade, Quadro 6, não considera os ignorados. No ano de 1995 esses representavam 15% nos demais setores e 0,6% no setor Financeiro. Em 2006, 8,4% e 0,4% respectivamente.

De um modo geral o nível de instrução dos indivíduos aumentou, assim como o nível de renda. Entretanto a discrepância de grau de escolaridade entre o Setor Financeiro e os demais setores continua elevada. O número de indivíduos dos demais setores que possuem 3º grau aumentou 60% entre os anos de 1995 e 2006 (de 9% para 14%). A mesma análise para o Setor Financeiro indicou aumento inferior, de 40%. Para concluir essa comparação deve-se considerar que no ano de 1995 mais de 40% dos empregados do Setor Financeiro já cursavam o 3º grau.

Quadro 12 – Distribuição de Empregados por Cor e Sexo

Gênero e Raça		1995				2006			
		Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
Masculino	Branco	21.964.028	33,95	427.101	46,03	24.620.553	29,40	383.083	35,80
	Não Branco	18.303.973	28,29	116.305	12,54	24.196.318	28,89	156.305	14,61
Feminino	Branco	14.080.523	21,76	304.195	32,79	18.983.785	22,67	399.097	37,30
	Não Branco	10.354.766	16,00	80.195	8,64	15.947.114	19,04	131.562	12,29
Total		64.703.290	100,00	927.796	100,00	83.747.770	100,00	1.070.047	100,00

Ao se verificar no Quadro 12 a distribuição de empregados dos pontos de vista da cor e do sexo, no ano de 2006 há a predominância de indivíduos brancos no setor financeiro (73%), independente do sexo. Nos demais setores, ainda que os indivíduos empregados estejam mais bem distribuídos (desvio padrão 5 nos demais setores e 13,4 no Setor Financeiro), a predominância é de homens (58,5%). Desta forma, no Setor Financeiro a variável de maior peso na definição do perfil dos indivíduos é a cor, enquanto nos demais setores é o sexo.

Historicamente não houve muita mudança no perfil dos demais setores, se não pelo fato de que o percentual de homens brancos caiu 5 pontos e o de mulheres não brancas aumentou 3, entre os anos de 1995 e 2006. Para o mesmo período, no Setor Financeiro houve aumento da participação de não brancos na ordem de 8%, enquanto o aumento na participação de mulheres foi inferior; 3%.

Quadro 13 – Distribuição de Empregados por Faixa Etária

Faixas Etárias	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
10 a 19	9.999.882	15,45	60.182	6,49	7.776.142	9,29	65.391	6,11
20 a 29	16.919.822	26,15	317.090	34,18	22.186.016	26,49	371.065	34,68
30 a 39	16.334.231	25,24	326.074	35,15	20.642.810	24,65	268.578	25,10
40 a 49	11.755.870	18,17	179.339	19,33	17.624.844	21,05	259.512	24,25
50 a 59	6.303.489	9,74	35.696	3,85	10.663.805	12,73	86.512	8,08
60 ou +	3.389.996	5,24	9.415	1,01	4.854.153	5,80	18.989	1,77
Total	64.703.290	100,00	927.796	100,00	83.747.770	100,00	1.070.047	100,00

Analisando a distribuição de empregados por faixa etária, os dados mais atuais do Quadro 13 mostram predominância de indivíduos na faixa etária de 20 a 29 anos tanto no Setor Financeiro quanto nos demais setores. Além disso, a concentração no intervalo de 20 a 49 anos e algumas nuances que diferenciam o Setor Financeiro dos demais. Em 2006 a faixa etária de 10 a 19 anos representava 6% dos empregados do Setor Financeiro contra 9,5% do total nos demais setores. Esta informação corrobora os dados já analisados de que o grau de escolaridade é mais elevado entre os indivíduos do Setor Financeiro. Logo, a tendência é que ingressem mais velhos nesse segmento.

De um modo geral, os perfis de distribuição por faixa etária mudaram pouco ao longo da década. A faixa que merece destaque é a de indivíduos a partir de 50 anos. Entre os empregados do setor financeiro esse percentual dobrou, passando de 4,9% para 9,9% em 2006. Nos demais setores o aumento foi menor, 15% para 18,5%. É interessante notar o perfil jovem de trabalhadores no Setor Financeiro que, mesmo assim, ingressam no mercado de trabalho a partir dos 20 anos; diferentemente dos empregados dos demais setores.

Quadro 14 – Distribuição de Empregados por Jornada de Trabalho Semanal

Horas de Trabalho Semanais	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
ate 35 h	15.063.820	23,28	279.667	30,14	21.753.608	25,98	241.074	22,53
36 a 40 h	16.349.166	25,27	484.602	52,23	21.968.739	26,23	551.399	51,53
41 a 45 h	9.365.029	14,47	50.912	5,49	13.874.458	16,57	143.397	13,40
46 ou +	23.906.729	36,95	112.615	12,14	26.106.093	31,17	134.177	12,54
Total	64.703.290	100,00	927.796	100,00	83.747.770	100,00	1.070.047	100,00

Verificando agora a jornada de trabalho, os dados do ano de 2006, Quadro 14, mostram que os empregados do Setor Financeiro concentram-se na faixa de trabalho entre 36 e 40 horas semanais, 51,5%, ao passo que os demais setores concentram-se em mais de 46 horas; 31,7%. Essa discrepância já foi maior. Em 1995 37% dos trabalhadores dos demais setores trabalhavam mais de 46 horas, contra 12% do setor financeiro.

A evolução do período mostra que em ambos os setores tenderam para algum equilíbrio; Setor Financeiro com mais empregados trabalhando acima de 41 horas, e demais setores com mais indivíduos trabalhando até 40 horas semanais.

Quadro 15 – Distribuição de Empregados por Contribuintes e não Contribuintes Previdenciários

Relação entre indivíduos e a Previdência Social	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
Com contribuição	28.940.246	44,73	831.789	89,65	42.163.221	50,35	908.281	84,88
Sem contribuição	35.760.758	55,27	96.007	10,35	41.584.549	49,65	161.766	15,12
Total	64.703.290	100,00	927.796	100,00	83.747.770	100,00	1.070.047	100,00

O Quadro 15 mostra a discrepância entre a formalização do trabalho nos setores, em ambos os períodos. A tendência já era esperada tanto pelo fato de que o Setor Financeiro é altamente regulamentado, quanto pelo fato de que a categoria “demais setores” engloba tanto setores regulados, como é o caso da indústria, quanto setor agrícola e demais setores de serviços.

No decorrer da década mais indivíduos dos demais setores passaram a contribuir com a previdência, ao passo que no Setor Financeiro a tendência foi oposta; o número de empregados do Setor Financeiro não contribuintes aumentou 46%, enquanto nos demais setores os não contribuintes diminuíram 10%.

Quadro 16 – Distribuição de Empregados entre os Setores Público e Privado¹⁶

Setor	1995				2006			
	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%	Demais Setores	%	Setor Financeiro	%
Privado	22.439.569	74,93	550.374	62,33	34.576.025	78,45	762.602	77,03
Público	7.508.688	25,07	332.610	37,67	9.496.054	21,55	227.436	22,97
Total	29.948.257	100,00	882.984	100,00	44.072.079	100,00	990.038	100,00

¹⁶ A parcela de população classificada para essa análise refere-se aos empregados não agrícolas.

Finalizando a análise socioeconômica, os dados recentes do Quadro 16 mostram que atualmente não há muitas diferenças entre Setor Financeiro e demais setores no que diz respeito à distribuição de empregados entre os setores público e privado.

Ao longo da década, os demais setores também não sofreram modificações relevantes. No Setor Financeiro, por sua vez, é notável o movimento de privatização. Os empregados do Setor Público que respondiam por 37,7 % do total de indivíduos do Setor Financeiro em 1995 diminuíram sua participação em 14,7 pontos percentuais, passando a representar 23% do total.

De um modo geral, foi possível identificar peculiaridades do Setor Financeiro em todos os indicadores analisados. Os indivíduos empregados nesse setor possuem indicadores mais favoráveis, porém com tendência de queda ou homogeneização com os demais setores ao longo da década. Os dados corroboram os eventos históricos a cerca do Setor Financeiro e sugerem perspectiva futura desfavorável; se não pelo fato de que o crescimento da economia impulsiona o crescimento dos setores como um todo.

4. Conclusão

Muito ainda se idealiza a respeito da remuneração do Setor Financeiro e das perspectivas de longo prazo que o mesmo oferece para sua força de trabalho e para os potenciais ingressantes nesse mercado. Sua relevância enquanto atividade econômica, a regulamentação clara (embora complexa) e a posição estratégica no que diz respeito aos rumos macroeconômicos e de desenvolvimento do país coloca os bancos e demais instituições financeiras em posição de destaque e de alto nível de expectativas tanto do ponto de vista de desenvolvimento econômico quanto social.

O trabalho mostrou que o Setor Financeiro de fato oferece perspectivas de remuneração acima da média em relação aos demais setores. Entretanto, também se identificou a tendência de queda na média dos salários. O Setor possui elevados índices de produtividade do trabalho na contramão da distribuição de renda, o que sugere a geração de renda com demanda decrescente de horas de trabalho e também a exploração máxima das horas de trabalho no setor.

A análise dos resultados dos demais indicadores sociais mostra, invariavelmente, melhores índices no Setor Financeiro. Desta forma, mesmo com a perspectiva incerta, o Setor continua atraindo força de trabalho qualificada no que diz respeito a grau de escolaridade, além de proporcionar melhores condições do ponto de vista de remuneração, jornada de trabalho e contribuição previdenciária.

Muitos tópicos importantes não foram desenvolvidos devido a grande gama de assuntos que o tema permite que sejam desenvolvidos. Isso sugere a revisão sistemática dos dados apresentados e o aprofundamento desses estudos num segundo momento.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, L. R. (2001); Reestruturação produtiva e sistema bancário: movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90, Dissertação de Mestrado, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

CARNEIRO, R. (2002) Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP.

COUTINHO, L. G. (2007); A Consolidação da Estabilização e o Desenvolvimento Financeiro do Brasil, Artigo, Campinas.

IUDICIBUS, S. (1993); Contabilidade Introdutória / equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio Iudícibus. São Paulo: Editora Atlas.

IBGE (2002); Censo Demográfico 2000 – Documentação dos microdados da amostra, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ.

KRUGMAN, P. R. (2005); Economia internacional: teoria e política / Paul R. Krugman, Maurice Obstfeld, Pearson Addison Wesley, São Paulo, SP.

MAIA, A. G. (2007); Classes sócio-ocupacionais e mercado de trabalho no Brasil: uma análise para o período 1981 a 2005; texto apresentado no V Congresso Latinoamericano de Sociología Del Trabajo, Montevideo, Uruguai, abril de 2007.

MILLS, W. (1979); A nova classe média, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MINELLA, A. C. (2007); Brazil's largest private banks: an economic and sociopolitical profile. Traduzido por Marcelo Otto Severo. Sociologias, vol.3, p.0-0. ISSN 1517-4522.

PAULANI, L. M. (2001); A Nova Contabilidade Social / Leda Maria Paulani, Márcio Bobik Braga, São Paulo: Saraiva.

QUADROS, W. (2003); Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa, Tese de Livre-Docência, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

RIBEIRO, A. C. T. (1996); Urbanidade e vida metropolitana, Rio de Janeiro, Editora Jobran.

ROCHA, S. (2001); Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, Brasília, n. 11, p. 1-42, nov. 2001.

ROCHA, S. (2002); “A investigação do rendimento na PNAD – comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000”, In: Texto para Discussão, 899, IPEA, Rio de Janeiro.

Apêndice 1

O Sistema Financeiro Nacional

As explicações que seguem abaixo foram adaptadas do Banco Central do Brasil, e podem ser obtidas no site: <http://www.bc.gov.br>.

1. Órgãos Normativos

1.1. Conselho Monetário Nacional (CMN)

Instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por estabelecer diretrizes para o bom funcionamento do SFN. Composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Tem a função de adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

1.2. Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC)

Órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular, normatizar e coordenar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão). Julga, em última instância, os recursos interpostos contra as decisões da Secretaria de Previdência Complementar.

1.3. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

Órgão responsável por estabelecer as diretrizes e normas da política de seguros privados; é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Previdência Social, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, representante do Banco Central do Brasil e representante da Comissão de Valores Mobiliários. Dentre as funções do CNSP estão: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao SNSP, bem como a aplicação das penalidades previstas; fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações e disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor.

2. Entidades Supervisoras

2.1. Banco Central do Brasil (Bacen)

Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional. Zela pela adequada liquidez da economia;

mantém as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zela pela estabilidade e promove o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Tem como atribuições emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e de empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

1.2. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Exerce as funções de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais eqüitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas.

2.3. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; é responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização. Dentre suas atribuições estão: fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP; atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro; zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados; promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados; promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição; zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado; disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas; cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas; prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

2.4. Secretaria de Previdência Complementar (SPC)

Órgão do Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão). A SPC se relaciona com os órgãos normativos do sistema financeiro na observação das exigências legais de aplicação das reservas técnicas, fundos especiais e provisões que as entidades sob sua jurisdição são obrigadas a constituir (e que tem diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional). Propõe as diretrizes básicas para o Sistema de Previdência Complementar; harmoniza as atividades das

entidades fechadas de previdência privada com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo; fiscaliza, supervisiona, coordena, orienta e controla as atividades relacionadas com a previdência complementar fechada; analisa e aprova os pedidos de autorização para constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle das entidades fechadas de previdência complementar, bem como examina e aprova os estatutos das referidas entidades, os regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações.

3. Operadores

3.1. Instituições Financeiras Captadoras de Depósito à Vista

3.1.1 Bancos múltiplos com carteira comercial

Instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com no mínimo duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista.

3.1.2. Bancos comerciais

Instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar (a curto e médio prazo) o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo.

3.1.3. Caixa Econômica Federal

Criada em 1.861, trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

3.1.4. Cooperativas de crédito

Atuando tanto no setor rural quanto no urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de

associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições. Os eventuais lucros auferidos com suas operações - prestação de serviços e oferecimento de crédito aos cooperados - são repartidos entre os associados. As cooperativas de crédito devem possuir o número mínimo de vinte cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços. Estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações. Podem conceder crédito, somente a associados, por meio de desconto de títulos, empréstimos, financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro (Resolução CMN 3.106, de 2003).

3.2. Bolsas de mercadorias e futuros

São associações privadas civis, sem finalidade lucrativa, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de hedging (proteção) ante flutuações de preço de commodities agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.3. Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

Empresa resseguradora, constituída como sociedade de economia mista com controle acionário da União, vinculada ao Ministério da Fazenda.

3.4. Sociedades seguradoras

São entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, especializadas em pactuar contrato, por meio do qual assumem a obrigação de pagar ao contratante (segurado), ou a quem este designar, uma indenização, no caso em que advenha o risco indicado e temido, recebendo, para isso, o prêmio estabelecido.

3.5. Bancos de câmbio

Instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como financiamentos à exportação e importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio, e ainda a receber depósitos em contas sem remuneração, não movimentáveis por cheque ou por meio eletrônico pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização das operações acima citadas.

3.6. Sociedades de capitalização

Entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos (títulos de capitalização) que têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, que terá o direito de resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente, depois de cumprido o prazo contratado. Quando previsto, tem o direito de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro.

3.7. Entidades abertas de previdência complementar

Constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas, têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. São regidas pelo Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, e pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. As funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador são exercidas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3.8. Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

Organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores. As entidades de previdência fechada devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003, no que tange à aplicação dos recursos dos planos de benefícios. Também são regidas pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001.

3.9. Demais Instituições Financeiras:

- 3.9.1. Agências de Fomento
- 3.9.2. Associações de Poupança e Empréstimo
- 3.9.3. Bancos de Desenvolvimento
- 3.9.4. Bancos de Investimento
- 3.9.5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- 3.9.6. Companhias Hipotecárias
- 3.9.7. Cooperativas Centrais de Crédito
- 3.9.8. Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento
- 3.9.9. Sociedades de Crédito Imobiliário
- 3.9.10. Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

3.10. Outros Intermediários Financeiros

- 3.10.1. Administradoras de Consórcio
- 3.10.2. Sociedades de arrendamento mercantil
- 3.10.3. Sociedades corretoras de câmbio
- 3.10.4. Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
- 3.10.5. Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

Apêndice 2

As Atividades do Setor Financeiro

Como apresentado no Apêndice 1, o IBGE modificou os códigos das ocupações e das atividades econômicas a partir da PNAD de 2002. Nos quadros que seguem estão desagregados os atuais códigos e as atividades que constituem o setor financeiro.

Intermediação Financeira, Exclusive de Seguros e Previdência Privada

Cód.	Atividade
65000	Administração de cartão de crédito
65000	Agência bancária
65000	Agência de desenvolvimento
65000	Arrendamento de aeronave, com opção de compra
65000	Arrendamento de avião, com opção de compra
65000	Arrendamento de embarcação, com opção de compra
65000	Arrendamento de veículo ferroviário, com opção de compra
65000	Arrendamento de veículo rodoviário, com opção de compra
65000	Arrendamento mercantil, empresa de
65000	Arrendamento mercantil, organismo de
65000	Associação de poupança e empréstimo
65000	Automóveis, caminhões; leasing
65000	Banco Central
65000	Banco comercial
65000	Banco comercial estrangeiro - filial no país
65000	Banco comercial privado
65000	Banco comercial público estadual
65000	Banco comercial público federal
65000	Banco cooperativo
65000	Banco de desenvolvimento
65000	Banco de desenvolvimento estadual
65000	Banco de investimento
65000	Banco estadual
65000	Banco estadual de desenvolvimento
65000	Banco múltiplo
65000	BNDES
65000	Caderneta de poupança, instituição de
65000	Caixa de financiamento de corporações
65000	Caixa de financiamento imobiliário da aeronáutica
65000	Caixa de financiamento imobiliário dos militares
65000	Caixa escolar

65000	Capitalização de títulos, escritório de
65000	Capitalização, sociedade, empresa de
65000	Cartão de crédito, empresa de
65000	Casa bancária
65000	Clube de investimento, empresa de
65000	Cobrança com transferência de débito e crédito
65000	Companhia de financiamento e investimento
65000	Companhia hipotecária
65000	Compra e venda de patentes
65000	Consórcio de automóveis, administração de
65000	Consórcio de automóvel
65000	Consórcio de motocicleta
65000	Consórcio de veículo
65000	Consórcio, administração de
65000	Consórcio, empresa de
65000	Cooperativa de crédito
65000	Crédito direto ao consumidor, empresa de
65000	Crédito imobiliário, empresa de
65000	Crédito pessoal; sociedade, empresa de
65000	Crédito, empresa de
65000	Escritório de representação de bancos estrangeiros
65000	Factoring (fomento mercantil)
65000	Factoring, empresa de
65000	Financeira de consumo, sociedade
65000	Financiadora de consumo, sociedade
65000	Franchising, venda e licenciamento de
65000	Franquia; venda e licenciamento de
65000	Fundos de aplicações financeiras, administração de
65000	Fundos de commodities, administração de
65000	Fundos de investimentos em ações, administração de
65000	Fundos de renda fixa, administração de
65000	Fundos mútuos
65000	Fundos mútuos de investimento
65000	Fundos mútuos de investimento - renda fixa
65000	Gerenciamento de fundos com fins diversos, (culturais, beneficentes e de outros tipos)
65000	Holding de instituição financeira
65000	Instituição de crédito imobiliário
65000	Investimento, empresa de
65000	Leasing financeiro, empresa de
65000	Leasing; escritório, agência, empresa de
65000	Maquinas e equipamentos, leasing
65000	Sociedade de crédito imobiliário
65000	Sociedade de crédito, financiamento e investimento
65000	Sociedade de investimento

65000	Sociedade de participação
65000	Veículos, leasing

Seguros e Previdência Privada

Cód.	Atividade
66000	Associação de beneficência mutuaría
66000	Caixa de aposentadoria (particular)
66000	Caixa de pecúlio (particular)
66000	Caixa de pensões (particular)
66000	Caixa geral da previdência
66000	Entidade de previdência privada
66000	Instituição de seguro saúde
66000	Medicina de grupo, empresa de
66000	Montepio particular
66000	Planos de previdência, empresa de
66000	Planos de saúde, cooperativa médica
66000	Planos de saúde, empresa de
66000	Previdência privada, empresa de
66000	Previdência social particular
66000	Resseguros
66000	Seguradora (seguros saúde); companhia, empresa de
66000	Seguradora; companhia, empresa de
66000	Seguros contra acidentes; companhia, empresa de
66000	Seguros contra incêndios; companhia, empresa de
66000	Seguros de aeronaves; companhia, empresa de
66000	Seguros de ramos elementares; companhia, empresa de
66000	Seguros de responsabilidade civil; companhia, empresa de
66000	Seguros de transportes; companhia, empresa de
66000	Seguros de veículos e embarcações; companhia, empresa de
66000	Seguros de vida; companhia, empresa de
66000	Seguros funeral; empresa, companhia de
66000	Seguros gerais; companhia, empresa de
66000	Seguros não-vida; companhia, empresa de
66000	Seguros saúde; companhia, empresa de

Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira

Cód.	Atividade
67010	Administração de bens móveis (valores, títulos e similares)
67010	Administração de carteira de ações por conta de terceiros
67010	Administração de carteiras de títulos e valores para terceiros
67010	Administração de mercado bursátil, serviços de

67010	Administração de mercados de balcão organizados
67010	Bolsa de mercadorias e futuros
67010	Bolsa de títulos
67010	Bolsa de valores
67010	Caixa de liquidação de mercados bursáteis
67010	Câmara de compensação, escritório de
67010	Câmbio, corretagem de
67010	Casa de câmbio
67010	Clube de mercadorias
67010	Compensação bancária, serviços de
67010	Consultoria em investimentos financeiros, serviços de
67010	Corretagem de consórcios: serviços de
67010	Corretagem de título, empresa de
67010	Corretor autônomo de títulos e valores mobiliários
67010	Corretor hipotecário, serviços de
67010	Corretora de câmbio
67010	Corretora de contrato de mercadorias
67010	Fundos públicos, corretagem de
67010	Gestão personalizada do patrimônio financeiro
67010	Intermediação na obtenção de empréstimos, serviços de
67010	Intermediário de títulos e de investimentos
67010	Intermediário em transações de títulos, serviços de
67010	Intermediário em transações de valores mobiliários, serviços de
67010	Mercado de estoques
67010	Mercado de futuros
67010	Mercado de opções
67010	Moedas, corretagem de
67010	Serviços de liquidação e custódia
67010	Sociedade corretora de câmbio
67010	Sociedade corretora de títulos e valores mobiliários
67010	Sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários
67010	Ticket alimentação, administração de
67010	Ticket alimentação, emissão de
67010	Ticket combustível, administração de
67010	Ticket combustível, emissão de
67010	Ticket farmácia, emissão de
67010	Ticket farmácia, remédio; administração de
67010	Ticket refeição, administração de
67010	Ticket refeição, emissão de
67010	Ticket restaurante, administração de
67010	Ticket restaurante, emissão de
67010	Trading; companhia, empresa de
67010	Vale alimentação, administração de
67010	Vale alimentação, emissão de
67010	Vale combustível, administração de

67010	Vale combustível, emissão de
67010	Vale refeição, administração de
67010	Vale refeição, emissão de
67010	Vale restaurante, administração de
67010	Vale restaurante, emissão de
67010	Vale transporte, administração de
67010	Vale transporte, emissão de
67020	Agente e corretor de planos de previdência privada, serviços de
67020	Agente e corretor de planos de saúde, serviços de
67020	Agente e corretor de seguros, serviços de
67020	Atuaria; escritório, serviço de
67020	Auditoria atuarial; escritório, serviços de
67020	Consultoria atuarial, serviços de
67020	Corretagem de seguro e capitalização, escritório de
67020	Corretagem de seguros, empresa de
67020	Corretagem de seguros, serviços de
67020	Corretora de planos de saúde
67020	Corretora de seguros
67020	Objetos recuperados, administração de
67020	Perito e avaliador de seguros
67020	Perito, encarregado na avaliação de prejuízos ou riscos
67020	Planos de previdência privada, intermediário de
67020	Planos de saúde, corretor
67020	Planos de saúde, intermediário de
67020	Previdência privada, corretor
67020	Previdência privada, serviços auxiliares
67020	Seguros, corretor
67020	Seguros, intermediário de
67020	Seguros, serviços auxiliares
67020	Sociedade corretora de seguros

Apêndice 3

Os Demais Segmentos de Atividade Econômica

Em 2000, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) modificou os códigos da CBO – Classificação Brasileira das Ocupações. O IBGE também passou a adotar esta classificação para definir as ocupações e os segmentos de atividades econômicas nas pesquisas domiciliares que ministra. No entanto, essa mudança metodológica exigiu um esforço de compatibilização dos códigos das ocupações e das atividades econômicas com a classificação anterior.

Nos quadros que seguem constam os segmentos que foram utilizados nesta pesquisa e as respectivas atividades.

Agricultura

Atividades
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Atividades
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
Fabricação de produtos do fumo - código
Confecção de artigos do vestuário e acessórios
Fabricação de produtos têxteis
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
Fabricação de produtos de madeira
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
Edição, impressão e reprodução de gravações
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool
Fabricação de produtos químicos
Fabricação de produtos de borracha e plástico
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
Fabricação de outros equipamentos de transporte
Fabricação de móveis e indústrias diversas
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios
Reciclagem

Outras Atividades Industriais

Atividades
Extração de carvão mineral
Extração de petróleo e serviços correlatos
Extração de minerais radioativos
Extração de minerais metálicos
Extração de minerais não-metálicos
Eletricidade, gás e água quente
Captação, tratamento e distribuição de água

Construção Civil

Atividade
Construção civil

Comércio e Reparação

Atividade
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e Alimentação

Atividade
Alojamento e alimentação

Transporte. Armazenagem e Comunicação

Atividade
Transporte terrestre
Transporte aquaviário
Transporte aéreo
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
Correios e telecomunicações

Administração Pública

Atividade
Administração pública, defesa e seguridade social

Educação. Saúde e Serviços Sociais

Atividade
Educação
Saúde e serviços sociais

Serviços Domésticos

Atividade
Serviços Domésticos

Setor Financeiro

Atividade
Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada
Seguros e previdência privada
Atividades auxiliares da intermediação financeira

Serviços a Empresas

Atividade
Serviços prestados principalmente às empresas

Serviços Pessoais e Recreativos

Atividade

Atividades recreativas, culturais e desportivas
Serviços pessoais

Outros Serviços

Atividade
Atividades imobiliárias
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Companhias de processamento de dados
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
Atividades associativas
Atividades mal definidas ou não declaradas
Aluguel de objetos pessoais e domésticos
Pesquisa e desenvolvimento
Atividades de informática e conexas
Locação em geral
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores